



DO UNO AO MÚLTIPLO: ARQUITETURA COLABORATIVA / INTERATIVA NOS VAZIOS URBANOS[√]

André Miguel Coronha Lima VIEIRA*
Renata Goretti PIEDADE**

RESUMO

O artigo procura apresentar um breve estudo do **uno** em contrapartida ao **múltiplo** na arquitetura e urbanismo principalmente a partir do século XX. Em inúmeras proposições conseguimos observar como a ideia de doutrinação, onde o individual determinava o produto das ações e equipamentos para o coletivo, vem se desenvolvendo até hoje produzindo uma uniformidade social. O embate entre o **uno** e o **múltiplo** se encontra em vários pontos apresentados no texto: (i) pelo paralelo do público e privado, da casa e da cidade; (ii) pela nossa visão autobiográfica, nos tornando individualistas em detrimento ao todo, ao coletivo; (iii) pela arquitetura moderna que pregava a certeza de uma uniformidade do espaço e do homem-máquina, dissemelhante ao entendimento da versatilidade humana que deve ser refletida em espaços singulares, mutáveis e heterogêneos; (iv) pela a ideia de vazio como local individual, fechado, sem ligação com a cidade, que é plural. O texto procura entender como o coletivo, a arquitetura voltada e produzida pelo/para o **múltiplo** pode, de maneira mais benéfica que o **uno**, solucionar inúmeros problemas do espaço urbano contemporâneo.

Palavras-chave: Vazios Urbanos. Arquitetura Colaborativa. Urbanismo.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos no mundo da versatilidade, extremamente digital, que se reinventa a cada dia, rebatendo, de diversas maneiras, nas nossas ações. Assim, paramos de

[√] Artigo recebido em 30 de setembro de 2016 e aprovado em 30 de novembro de 2016.

* Graduando em Arquitetura e Urbanismo no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). E-mail: <amclv2@gmail.com>.

** Mestre em Gestão Urbana pela Universidade Técnica de Berlim. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). E-mail: <renatagoretti@pucminas.cesjf.br>.

nos atentar no que se desdobra à nossa volta, a tudo que surge de novo e nos velhos locais que ainda permanecem vazios.

Os vazios, considerados todos os espaços habitáveis entre coisas, tanto ruas, espaços livres ou equipamentos inutilizados, seriam a chave para solucionar o problema das grandes cidades: a questão da escala humana.

A escala humana se perdeu no tempo a partir do momento em que começamos a priorizar os automóveis; as cidades tornaram-se altas e, com edifícios independentes e rodeados de vias expressas, tornaram-se impessoais. As ruas fizeram-se desertas e inseguras, não possuindo elementos suficientes que nos liguem ao meio urbano, que nos convidem a experimentá-lo. Esses edifícios não pertencem à cidade, pertencem apenas a eles próprios.

A partir das ideias de diferentes autores, entre eles, Derrida, Foucault, Guatelli, Deleuze e Guattari, busca-se entender como esses vazios poderiam funcionar para atrair novamente a população às ruas, transformando-os em locais que compreendam a essência de cada um, fazendo-se, assim, mutáveis, onde o porvir sobrepõe-se ao determinado. Tal espaço só poderia ser libertador ou livre de preposições se a própria comunidade a ativasse, construindo assim as bases para uma vida urbana mais interligada, com seus próprios anseios e significados. Este local seria um convite à arquitetura colaborativa, à união do público e privado, às mais diversas parcerias entre prefeitura-urbanistas-população; seria um convite à inte(g)ração, trazendo de volta o verdadeiro sentido da cidade.

Faça de cada coisa um lugar, faça de cada casa e de cada cidade uma porção de lugares, pois uma casa é uma cidade minúscula e uma cidade é uma casa enorme (EYCK, 1962 apud HERTZBERGER, 2015, p. 193).

2 MUTABILIDADE, INTERAÇÃO E COLABORAÇÃO

A história é um processo sem fim, mas os objetos mudam e dão uma geografia diferente a cada momento da história (KANT, 1802 apud SANTOS, 2004, p. 54).

A contemporaneidade trouxe a globalização e um mundo cada vez mais veloz, mais ansioso, mais interligado, tão conectado que perdemos a capacidade de reparar na paisagem das cidades que, assim como o espaço, vêm se modificando para acompanhar as transformações e as novas necessidades da sociedade

(SANTOS, 2006). Cada vez mais conectados apenas em nossas próprias mãos e preocupações que só dizem respeito às nossas vidas, vivemos segundo Foucault (1984, p. 1), na época “do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso”, certos lugares permanecem invisíveis diante de nós e continuarão invisíveis, se quisermos. Assim são os vazios urbanos, um dos muitos elementos que compõem a cidade contemporânea.

Por ser um termo contemporâneo e relativamente recente, encontramos muitas definições e diferentes formas de compreensão desses vazios, que até há algumas décadas eram apenas oposição dos espaços construídos, locais em que a cidade poderia ainda se desenvolver (BORDE, 2013). Hoje, há uma infinidade de termos e significados que apenas dificultam sua compreensão, não existindo uma definição concreta para esses espaços, até pela presença de diversas formas e tipologias de vazios diferentes nas cidades, oportunizando o entendimento e compreensão de cada um.

Clemente (2012) diferencia o termo em duas tipologias: *vazios urbanos* e *imóveis subutilizados*. Para a autora, *vazios urbanos* são espaços sem utilização, livres ou com edificações, mas que não possuem uso e ocupação. Já *imóveis subutilizados* são lotes e edificações que estão sendo parcialmente utilizados. Para Borde (2013), vazios podem se desenvolver ociosos ou com edificações inutilizadas, mas, para serem considerados como tal, devem estar inseridos em localidades dotadas de infraestrutura, não se podendo como benéficos para a cidade uma vez que não possuem funções que atraiam ou possam desenvolver a região.

Os vazios, porém, continuam como oposição dos cheios, não são apenas espaços que restaram do desenvolvimento das cidades, podendo se desenvolver junto com elas de forma benigna, como vemos em parques e praças, ruas, calçadas e frentes de edificações. Todos esses locais podem ser considerados vazios, se apresentando, portanto, como todo espaço habitável entre coisas edificadas. O objetivo do trabalho, então, é lidar com os vazios que se desenvolveram de forma negativa ou que ainda não desenvolveram como seu entorno. Esses espaços podem ser encontrados de diversas formas tipológicas e não apenas como lotes ou terrenos baldios, mas como ruínas, espaços residuais, palafitas de construções, áreas industriais desativadas, baixios de viadutos, esqueletos e estruturas de

edificações que foram abandonadas. Resumindo, seriam todos os espaços que teriam possibilidade de interação, mas que hoje não apresentam função específica.

Partindo do conceito que lotes vagos estão diretamente ligados à infraestrutura e ao entorno do local, a primeira interrogação que ocorre é: porque galpões, fábricas, edifícios e lotes vagos se encontram até hoje sem utilização? Um dos grandes problemas observados com relação aos loteamentos subutilizados centrais hoje e uma das respostas por eles permanecerem assim é a especulação imobiliária que, segundo Santos (2005), é resultado da associação de dois movimentos: a superposição de um sítio social ao sítio natural, transfazendo seletivamente determinados espaços, tornando-os mais valorizados, e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização, onde o possuidor de maiores recursos irá se acomodar em espaços mais atrativos. Desta forma, distintas áreas valorizam-se ou desvalorizam-se ao decorrer do tempo. A terra urbana aparece então, pela existência de uma demanda crescente, retida pela promessa de lucro futuro. O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, trouxe algumas medidas na tentativa de se acabar com essa prática, como o IPTU progressivo, direito à vizinhança e a análise de impacto ambiental (BORDE, 2013).

Inconscientemente, a palavra *vazio*, isolada, já presume um estado de inexistência, partindo do conceito de não possuir qualquer função ou de não ser útil para a sociedade. Os vazios são elementos que tornam-se cada vez mais característicos das cidades e, muitas vezes, nos causam algum tipo de estranhamento quando os percorremos, seja pela presença do nada, do próprio vazio, tornando-o tácito em pleno caos das cidades, ou por apresentarem equipamentos ultrapassados e sem uso, característicos de outros tempos (BORDE, 2013). São lugares, teoricamente ignorados, em que as lembranças longínquas parecem prevalecer sobre as atuais (SOLÀ-MORALES, 2002).

Esses espaços colaterais estão por toda parte e podem ser considerados resultado da soma ou da sobreposição de diversos processos de produção do espaço urbano e da falta de planejamento nesses períodos a partir do momento que entendemos a cidade como “acúmulo desigual dos tempos”, onde espaço seria o conjunto intrínseco dos produtos (construído ou não pelo homem) e das ações (ponderadas ou não). A paisagem das cidades então vai se transformando, porque novos produtos e ações se incorporam nas anteriores (SANTOS, 2008). Foucault

(1984) firmava a ideia do *espaço outro* como um local entre o cheio e o vazio, algo essencialmente vivido, socialmente criado e livre de doutrinações. Nas palavras de Soja (1993), *concreto e abstrato*, formado na própria fundação da sociedade, e sendo modificado desde então, local utópico onde todos os sítios reais podem ser encontrados, esses são os espaços reais, as heterotopias do autor. São espaços heterogêneos, que variam a todo momento, criando caracteres irreais que não os próprios, onde novos significados são criados a partir do momento que pressupomos a cidade com várias idades e formações tipológicas sobrepostas, onde toda a sociedade possui algum tipo de conexão: áreas que são um convite à inovação.

Verifica-se, portanto, que os vazios podem ser configurados como espaços outros, como heterotopias, a partir do momento que os entendemos sendo os únicos espaços na cidade que não foram pré-configurados, pois são resquícios do desenvolvimento urbano das cidades, contendo, assim, a maior variedade possível de proposições que podem despertar diferentes associações, não impondo qualquer direção específica ao usuário (HERTZBERGUER, 2015). São locais, segundo Lynch (1990 apud BORDE, 2013, p. 5), “onde os modos de vida marginais sobrevivem e coisas novas começam”, onde poderíamos viver momentos de invenção e imaginação, com possibilidade de desligamento (ao mesmo tempo) do passado e da presente realidade.

A cada dia lidamos com eventos e acontecimentos que não foram inicialmente planejados e que rompem com a ideia original do espaço. Desde a apropriação de uma escada como arquibancada, à utilização de uma avenida para manifestações políticas, entendemos que espaço é possibilidade e oportunidade, que necessita se especializar e ganhar novas definições. A ideia de local imutável perde sentido a partir do momento em que várias relações de transversalidade se sucedem e alteram suas imagens. Assim, as relações de espaço-tempo ganham um novo e forte complemento, as relações de lugar e ocasião. Para Santos (1997), a paisagem se apresenta inconstante, se transforma para adaptar-se às novas necessidades da sociedade toda vez que ela passa por um processo de mudança. Foucault (1982) assinala que, desde a elaboração do conceito de imensurável com Galileu, questiona-se a ideia desse espaço como inalterável, fazendo-se, portanto, infinitamente aberto, podendo aprimorar-se e adquirir novas definições. Esse lugar seria a *khôra*, que, segundo Derrida, é um local que se deixa contaminar por tudo,

não possuindo uma identidade, onde sua “propriedade” consistiria em jamais ser própria (DERRIDA, 1995), um local sempre à espera de novos significados e interpretações, flexível, onde a inexistência de uma configuração predefinida é seu ponto de partida.

As interpretações viriam então dar forma à “khôra”, deixando nela a marca esquemática de sua impressão e depositando o sedimento de sua contribuição. Apesar disso, “khôra” parece jamais se deixar sequer atingir ou tocar, menos ainda ferir (...) (DERRIDA, 1995, p.19).

Esse mesmo conceito está intrínseco nos *espaços outros* de Foucault e nos *entre-lugares* de Guatelli, locais propícios ao advento do novo, sem significado e sentido determinado, pelo contrário, disposto a receber novas significações e estando em uma construção e/ou extensão infinita. Também estão diretamente relacionados à ideia de rizoma de Deleuze e Guattari. Os autores mostram que novos conceitos de relações espaciais se encontram na natureza, mais precisamente na raiz rizomática, onde na biologia os brotos podem se ramificar em qualquer ponto, engrossar ou se transformar em bulbo, sendo assim heterogêneos e multiplicáveis; podem também funcionar como raiz, talo ou ramo, não possuindo portando um significado certo, uma unidade, se pondo como rascunho sempre sendo traçado. A partir dos conceitos dos cinco autores, entre eles, Derrida, Foucault, Guatelli, Deleuze e Guattari, podemos entender como o novo tipo de espaço deve funcionar: heterogêneo, possuindo diversificadas funções, fluido, com infinitos pontos de acesso, e interconectado à toda sua área e à cidade, onde o múltiplo deve ser tratado como substantivo (incorporando todos os tipos de pessoas) (DELEUZE; GUATTARI, 1995), não possuindo uma unidade que sirva de pivô, podendo assim incorporar todos os tipos de propriedades e sentidos, se pondo como local essencialmente vivido, mutável e das relações de transversalidade. No Brasil temos exemplos que se aproximam dos conceitos explicitados pelos autores, como: o vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP), o salão Caramelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e a marquise do parque Ibirapuera, ambos em São Paulo, locais que se encontram sem programa, se configurando apenas como vazios, não apontando caminhos e sempre à espera de novas apropriações (GUATELLI, 2012).

Esses espaços habitáveis entre as coisas que hoje se apresentam invisíveis devem ser reconhecidos e ativados pelos próprios usuários, de modo que a comunidade se sinta atraída e responsável pelo seu desenvolvimento. Deve, ainda, ser volúvel, alterado pela vivência diária dos cidadãos, podendo, desse modo, construir um ambiente com qual se relacione e se identifique, contribuindo, interpretando-o e reagindo a ele à sua maneira, para assim integra-lo ao próprio cotidiano (HERTZBERGUER, 2015).

Essa ideia de espaço mutável ativado pelo usuário contrasta com a metodologia modernista, onde o transeunte era induzido a se apropriar dos espaços definidos pelo arquiteto e que, por prática, passava a utilizá-los assim. Aqui, o arquiteto funcionava como criador de equipamentos já determinados e condutor de transformações sociais (GUATELLI, 2012), prescrevendo coletivamente, ano após ano, onde a população teria de posicionar seus objetos. Isso, desde então, vem acarretando em uma homogeneidade social, pois outorga uma finalidade já determinada para qualquer equipamento ou local de vivência (HERTZBERGUER, 2015).

Para Foucault, arquitetura é a linguagem do poder. Mas, como ela não pode obrigar o homem a praticar uma ação, consegue ao menos intimidá-lo. Quando observa-se, por exemplo, as construções de palácios e catedrais, percebe-se que esses espaços foram sacralizados, passando a inspirar ou doutrinar determinado comportamento que começa a ser aceitável. Com o desenvolvimento da arquitetura e da sociedade, houve também o desenvolvimento do conceito de doutrinação, surgindo a ideia de vigilância com o panóptico benthamiano, edifício-máquina capaz de gerar disciplina, onde a força não era mais necessária para moldar o comportamento da sociedade. Os edifícios, portanto, podem ser capazes de potencializar ou restringir determinadas utilizações, influenciando assim o comportamento e a apropriação do espaço pelos indivíduos (FOUCAULT, 2002).

Notoriamente, a sociedade de hoje não se organiza ou se vale dos princípios de outrora, porém, permanece (re)produzindo modelos e gerando espaços inflexíveis, com as mesmas características passadas, estabelecendo e firmando os limites daquilo que parece ser mais apropriado para aquele lugar ou situação. Derrida já questionava a obstinação do arquiteto-urbanista ao poder sobre o projeto e o espaço, e que essa autoridade não favorecia o nascimento do que surge sem

indicação, do ocasional, do imprevisível (GUATELLI, 2012). Podemos observar, sobretudo, no *International Style*, uma imagem de que o arquiteto era possuidor de todas as respostas projetuais. Isso se confirma com os ideais de máquina de morar de Le Corbusier e se aproxima muito do conceito de produção em série de Henry Ford, onde o funcionalismo que foi praticado gerou uma cristalização tanto das ações, quanto dos equipamentos desenvolvidos. O usuário passa a não ter possibilidade de arbítrio assim como um operário na linha de produção (BALTAZAR, 2006).

Quando o mundo assim feito está em toda a parte, o embate ancestral entre necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a fragmentação (MILTON SANTOS, 2008).

Especialistas começam a discutir morte e vida das cidades, espaços que, no modernismo, passam a se apresentar fragmentados devido ao pensamento racional e ordenado do movimento. Os edifícios que procuravam transparência e isolamento passam a impossibilitar a criação de um ambiente intimista e recluso para os espaços públicos de permanência (atmosfera essa transferida para locais privados) (HOLSTON, 1982 apud SANTOS, 1988). As ruas se tornaram locais iluminados e expostos, configurando-se exclusivamente como local de passagem, indo contra a lógica da coletividade (PULS, 2006). Todo espaço existente entre edifícios era preenchido para o automóvel em detrimento ao pedestre. A escala humana se perdeu e a medida das máquinas passa a se firmar. Tudo é feito com base nesses novos equipamentos, até as ruas, que segundo Picard (1956 apud BACHELARD, 1978, p. 215) “...são como tubos onde são aspirados os homens”

As pessoas começam a ser inibidas a habitar a cidade, não há mais nada que favoreça o encontro da população nesses locais. A violência passa a gerir e a reger o ambiente urbano, desfazendo o convívio, o conceito de espaço público e os redutos da intimidade (BUCCI, 2010). O mundo além da nossa porta começa a nos parecer hostil; fechamo-nos, portanto, em nossos próprios, nossas casas, locais capazes de abrigar o devaneio e proteger o sonhador (BACHELARD, 1978). Dissemelhante ao ambiente externo, passa ser o único local que nos permite sonhar em paz, sentimento esse que deveríamos transportar de volta para a cidade, transferindo a ideia de segurança, de porto seguro, que se concentra na casa, para que os espaços públicos passem a atrair pessoas. Quanto mais pessoas se

movimentam e permanecem no meio urbano, mais reforça-se a ideia de segurança, porque segundo Bachelard (1978, p. 200), “...todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa”. Sentiremos vontade de permanecer nesses espaços essencialmente vividos, onde o ser passaria a carregar duas dimensões existências: uma de isolamento (onde se sentirá intocável) e de dissolução (estando escondido e protegido) (BUCCI, 2010). Segundo Hertzberguer (2015), devemos retomar a ideia utópica da “rua reconquistada”, local do convívio, deixando que individual seja transportado para o coletivo. Assim, a cidade passaria a ser nosso novo lar, abrigo dos sonhos, desejos e ideais de proteção (BACHELARD, 1978).

O primeiro passo a ser dado para resgatar o sentido de cidade que a modernidade e a violência roubaram é convidar o pedestre, e não o carro, a habitar e caminhar pelas ruas e, assim, ampliar a vida urbana (GEHL, 2013). Outra importante noção que devemos sempre considerar é que os espaços, assim como nós, por estarem diretamente ligados ao tempo e as ocasiões, devem se desenvolver indecisos. Nós somos seres mutáveis, com desejos que cambiam a cada dia. Por que a arquitetura e urbanismo não podem refletir essa realidade humana? Segundo Chaplin e Holden (1998 apud BALTAZAR, 2006, p.100), sempre iremos manipular ou customizar determinados objetos para melhor nos servir, podendo sempre atender a novos propósitos, visto que possuímos um outro eu **anticonsumidor** em nós.

Caminhar é o início para voltarmos a reparar nas cidades, é nessa ação que a vida se desdobra. A partir daí, tudo que se encontra invisível à nossa volta poderá ser (re)descoberto. Locais propícios à ocupação poderão ser desvendados e novos espaços podem ser configurados, sabendo que vão se perder novamente se não se apresentarem mutáveis e prontos para a incerteza do futuro. O arquiteto-urbanista, então, passaria a ter outros objetivos como prover a união e o encontro nesses interstícios, gerando e promovendo à população as ferramentas para que ela própria pudesse ativar o espaço, seria o promotor da articulação “entre o definido e o não definido, do desenho com o não desenho” (GUATELLI, 2012, p.33), portanto não determinaria um programa, pois o espaço se encontraria sempre em progresso.

O arquiteto-urbanista deve desenvolver sentidos distintos dos convencionais, projetando em conjunto com o usuário. Cabe a ele, sim, construir espaços para a população, não distanciando-se do desenho e do projeto, nem renunciando à

responsabilidade quanto as formas. Mas cabe um sentido mais elevado: criar novas relações com o cliente, discussões que possam gerar críticas, afastando-se de projetos individualistas e concentrando-se em demandas para propor um meio urbano que melhore através de ações coletivas e do diálogo entre o conhecimento popular e o versado (SANTOS, 1988), diferente da atual visão mundial que busca unificar e não unir, gerando um sistema de relações hierárquico onde o que é pregado não é a vontade de liberdade e nem o desejo de cooperação, mas de dominação e competição. Para Foucault (1982), não existe nada impreterivelmente libertador, devemos exercer a liberdade para que esse conceito se torne mais forte. Hoje, apenas praticamos o livre arbítrio, apenas damos escolhas de ações que já foram pré-determinadas para a população; dessa forma podemos compreender que o homem não se faz livre quando se utiliza do livre arbítrio e que isso os tornam cada vez mais homogêneos. O contraponto seria a liberdade, seria estimular infinitas escolhas de ações, é não agir se não quiser e se apropriar se for atrativo. Devemos parar de criar equipamentos que favorecem apenas algumas escolhas de uso e desenvolver ferramentas que possam dar liberdade de criação para as pessoas, e assim, infinitas possibilidades se incorporarão nesses locais.

Hoje, o modelo restrito onde poucos assumem o poder de decisões que recairão sobre muitos vem gerando um mercado imobiliário fora dos padrões mínimos das classes populacionais (LANA, 2007). É preciso convidar a população a interagir, participando do planejamento dos espaços, pois quem participa da dinâmica da cidade está colaborando para modificá-lo a todo momento. Santos idealizava que poderíamos gerar um meio urbano mais atrativo se a população desenvolvesse um conhecimento urbanístico, sendo assim capazes de participar das soluções da cidade, porque dominariam as regras básicas de conformação urbana, tornando-se fiscais do espaço e dos interesses comuns. (SANTOS, 1988)

Esse conceito se sustenta na ideia de projeto colaborativo, onde o usuário assume junto ao planejador um papel importante na produção do espaço, possuindo também influência no resultado final do processo (BALTAZAR, 2006). O conceito desse método é que o consumidor seja acionado durante toda a concepção e construção do projeto, não agindo apenas como fornecedor do programa de necessidades. As decisões, portanto, são compartilhadas e não meramente informadas (LANA, 2007). Um dos muitos caminhos que essa participação da

comunidade seguiu é o *placemaking*, que significa **fazer lugares**, com a premissa de gerar uma sociedade e um espaço público mais saudável a partir da interação entre pessoas e cidade. Esse processo consiste em observar, escutar e perguntar a essa população seus desejos e necessidades, captando uma visão geral e compartilhada dos cidadãos que vivem, trabalham ou apenas passam pelo local (HEEMANN; SANTIAGO, 2015). Espaços para essas intervenções estão disponíveis pela cidade, seja nas ruas, calçadas ou vazios urbanos. Devemos, desta maneira, utilizar desses locais para implantação de conceitos colaborativos e interativos, locais que possam se elaborar versáteis e prontos para absorver cada morador que transita pelo local; o Estatuto da Cidade pode funcionar como ferramenta para utilização desses sítios. Por que não criar brechas que possibilitem a utilização desses vazios por uma duração de tempo específica? Temos exemplos de alguns locais que deixaram de ser invisíveis pela própria intervenção e união de arquiteto-urbanista, prefeitura e comunidade. A prefeitura de Sevilha, cidade ao Sul da Espanha, juntamente com o urbanista espanhol Santiago Cirugeda, criou uma legislação que transforma loteamentos vagos em públicos por um determinado período de tempo. Lá, os moradores são convidados a construir os próprios equipamentos de mobiliário com sobras e entulhos do terreno (CIRUGEDA, 2004). Nos Estados Unidos, mais especificamente na Filadélfia, foi criado um programa para transformar os vazios em áreas verdes comunitárias, acarretando numa redução de crimes nas áreas. Temos alguns exemplos também no Brasil, como o projeto “Lote vago: Ação coletiva de ocupação Urbana Experimental” criado pela arquiteta Louise Ganz, onde acontece a apropriação de diversos terrenos vazios pela comunidade, sejam eles para lazer e socialização ou manifestações artísticas, e “amnésias topográficas”, da própria arquiteta em conjunto com Carlos M. Teixeira, que se utilizam das palafitas de edifícios residenciais para intervenções artísticas efêmeras, ambos na cidade de Belo Horizonte (CAMPOS et al., 2008). Esses exemplos só confirmam que é necessário intervirmos nesses espaços para, assim, gerar um meio urbano muito mais integrado, funcional e seguro, onde as pessoas tem vontade de estar.

3 VAZIO COMO LOCAL DO MÚLTIPLO

Um navio é um pedaço flutuante de espaço, um lugar sem lugar, que existe por si só, que é fechado sobre si mesmo e que ao mesmo tempo é dado à infinitude do mar. E, de porto em porto, de bordo a bordo... um navio vai tão longe como uma colônia em busca dos mais preciosos tesouros que se escondem nos jardins... O navio é a heterotopia por excelência. Em civilizações sem barcos, esgotam-se os sonhos, e a aventura é substituída pela espionagem, os piratas pelas polícias (Foucault, 1984, p. 9).

Os vazios devem ser considerados os navios urbanos das cidades contemporâneas que, por encontrarem-se em terra, não devem existir por si só, fechados, se pondo como lugar sem lugar, mas abertos à infinidade de possibilidades da cidade, prontos para serem apropriados por todos que o cruzarem, prontos para absorver os sonhos do transeunte e assumir os mais variados papéis na cidade, tornando-se preciosos para a sociedade.

Uma provável solução para o problema do espaço urbano e da violência está dado, os insucessos do ideário modernista não precisam ofuscar o êxito prático de ideias como do "espaço universal" (onde uma estrutura é capaz de abrigar qualquer função). Devemos entender o espaço como de todos e para todos, devemos começar a reparar ao redor, os vazios devem parar de ser vazios, de serem invisíveis, tornando-se locais do encontro, da multi função, local da colaboração e do progresso, onde a escala humana sobressai sobre as demais. Devem criar identidades, passar a ser lugar, que segundo Santos (2006, p. 322), é o "teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, das ações comunicativas, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade". Deve ser interativo, deve ser facilmente modificável. Deve pertencer ao múltiplo em contrapartida ao uno.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. In: **Os Pensadores: Bachelard**. São Paulo: Abril Cultura, 1978.

BALTAZAR, Ana. P. **Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços**. Impulso, 2006.

BORDE, Andréa de L. P. **Percorrendo os vazios urbanos**. X Encontro Nacional da Anpur, 2013.

BUCCI, Angelo. **São Paulo, Razões de Arquitetura - Da dissolução dos edifícios e de como atravessar paredes**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

CAMPOS, Alexandre; CANÇADO, Wellington; MARQUEZ, Renata; TEIXEIRA, Carlos M. **Espaços Colaterais**. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas / ICC, 2008.

CIRUGEDA, S. **Recetas Urbanas**. 2004. Disponível em: <<http://www.recetasurbanas.net/v3/index.php/es/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CLEMENTE, Juliana C. **Vazios Urbanos e Imóveis Subutilizados no Centro Histórico Tombado da cidade de João Pessoa - PB**. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Khôra**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Space, Knowledge, and Power**. Skyline: The Architecture and Design Review, 1982.

FOUCAULT, Michel. **“Des Espaces Autres” (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)**. Architecture, Mouvement, Continuité, n. 5, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir - Nascimento da Prisão**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares - sobre a importância do trabalho conceitual**. São Paulo: Editora Senac, 2012.

HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola C. **Guia do Espaço Público: Para inspirar e transformar**. 2015.

HERTZBERGUER, Herman. **Lições de Arquitetura**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HOLSTON, James. **A Linguagem das Ruas; o discurso político em dois modelos de urbanismo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

LANA, Sibelle M. **O Arquiteto e o Processo de projeto Participativo: o caso do RSV**. Dissertação (Mestrado) — UFMG, 2007.

PULS, Mauricio. **Arquitetura e Filosofia**. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

SANTOS, Carlos N. F. dos. **A cidade Como um Jogo de Cartas**. Rio de Janeiro: EDUFF - Editora Universitária, 1988.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço - Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2008.

SOJA, Edward. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. **Terrain Vague, In: Territórios**. Gustavo Gili, 2002.